

NOTÍCIAS

Hopecare no pódio

Um negócio da China

2013: o ano da fatura

Boletim da Capelania

O novo Papa

MEDIA

“Regras para travar
o incumprimentos são
demasiado complexas”

entre outros...

PANORAMA

Os livros escolares
eletrónicos abrem
caminho

A legalização do aborto
na Argentina
fica interrompida

A objeção de consciência,
ameaçada na Holanda

“Meia-Noite em Paris”

DOCUMENTAÇÃO

O legado doutrinal
de Bento XVI

A religião
e a convivência

Mais uma lição

AGENDA

Uma nova reflexão
sobre responsabilidade
social corporativa
Lisboa, 21 de março

Que sabemos de Deus?
Lisboa, 25 de março

Entrega de prémios
do 3º Concurso de Casos
da AESE
Lisboa, 26 de março

PADIS

Lisboa, 9 de abril

Ciclo “Direção de
Empresas”:
Em busca do negócio
perdido
Lisboa, 18 de abril

O futuro desafia a educação
Lisboa, 9 de maio

[De 28 de fevereiro a 2 de março de 2013](#)

[Um negócio made in Portugal reconhecido na Tailândia](#)



Hopecare no pódio do The mai Bangkok Business Challenge @ Sasin 2013

A Hopecare conquistou o 3º lugar no concurso de empreendedorismo The mai Bangkok Business Challenge @ Sasin 2013, realizado de 28 de fevereiro a 2 de março, em Sasin.

Das 63 concorrentes dos 5 continentes, a empresa portuguesa de tele-health foi qualificada na lista de 16 semifinalistas, passando posteriormente para a short list de 6, da qual se sagrou vencedora na 3ª posição. O prémio foi recebido das mãos do rei, empenhado no estímulo ao empreendedorismo.

A Hopecare foi o único projeto português a concurso, a par de 1 da Austrália, 3 da China, 1 de França, 1 da Índia, 1 da Malásia, 2 de Singapura, 1 da Coreia do Sul, 1 da Tailândia e 2 dos EUA.

Nascida de um projeto de Novas Aventuras Empresariais do 10º [Executive MBA AESE/IESE](#), a Hopecare atua como uma plataforma de serviços inovadora que pretende revolucionar os cuidados sociais e de saúde. Parceira da True-Kare, uma empresa que opera no acompanhamento de pessoas através de dispositivos móveis integrados numa plataforma web, a Hopecare implementou-se no mercado com o apoio de Naves, Sociedade de Capital de Risco da AESE.

O concurso internacional de novos projetos de empreendedorismo da Tailândia realiza-se desde 2002. O objetivo do desafio consiste em encorajar o empreendedorismo de alunos pós-graduados em programas de administração de empresas.



Os concorrentes provenientes de todo o mundo competem tanto pelo prestigiante prémio Thailand's H.M. The King's Award, como por prémios monetários no valor total de \$113,000, incluindo \$29,000 em dinheiro. ■

[De 11 a 14 de março de 2013](#)

[AESE leva Programa de Alta Direcção de Empresas a Xangai](#)

Um negócio da China

A AESE organiza uma visita a Xangai para os participantes no 38º [PADE](#), de 11 a 14 de março.

A visita tem por objetivo aprofundar o conhecimento sobre a realidade e economia chinesas e, simultaneamente, proporcionar uma oportunidade de lançar os alicerces para futuros negócios com este vasto mercado emergente.

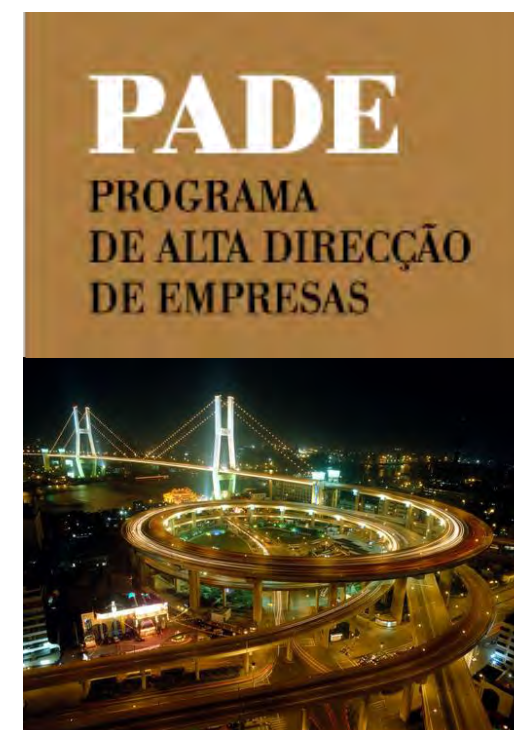
O programa contempla três dias de sessões de trabalho, apresentações e visitas a empresas locais. A parceria com a [CEIBS - China Europe International Business School](#) (Escola de Negócios chinesa que ocupa o 10º lugar no ranking mundial do Financial Times) permitirá fazer uma introdução ao “Mundo Chinês” e à competitividade local e global deste mercado.

Os participantes terão a oportunidade de contactar com: o PricewaterhouseCoopers Center, para se inteirarem da “China Inorganic Growth: Current Issues and Best Practices”; com a Cuatrecasas para identificar “A tax and legal approach to doing business in China”; e ainda visitar a Huawei, a Pfizer e o Bank of China.

O encerramento da visita contará com uma conferência sobre as “Relações China – Portugal”, conduzida pelo representante do AICEP em Xangai, Filipe Costa.

Dos trinta e dois inscritos, dezasseis são provenientes do 38º PADE e os restantes das edições anteriores.

A visita foi planeada por Regina Valenzuela, colaboradora da AESE,



que foi durante sete anos assistente do Vice-Presidente da CEIBS, [Pedro Nueno](#). ■

[6 de fevereiro de 2013](#)

[Alumni da AESE](#) recebem especialistas de fiscalidade da BDO para perceber



2013: o ano da fatura

Após uma conversa informal que antecedeu a sessão de continuidade da AESE, Cristina Sousa Dias (CSD), Senior Manager dos Corporate Finance Services na BDO, e Paulo Ferreira Alves (PFA), Senior Partner, com o pelouro dos Tax, explicaram em síntese, as implicações nas empresas e nos particulares, decorrentes do Orçamento de Estado.

Quais são as consequências mais evidentes da quebra do consumo interno e das dificuldades de financiamento?

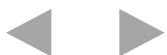
CSD: “Eu diria que uma das consequências é que as empresas acabam por ter os seus recursos não tão nivelados com a baixa das vendas. De facto, a maior parte dos setores teve baixas abruptas das vendas e têm os recursos dimensionados para volumes maiores, o que significa que operacionalmente têm resultados muito menores. E

mesmo nos casos em que continuam com resultados positivos, eles não são suficientes para fazer face ao serviço da dívida que foi contratado para volumes de atividade superiores. Essa é uma das principais consequências que está a acontecer com a redução da atividade, na generalidade das empresas.”

PFA: “Por outro lado, verifica-se um aumento significativo de empresas a fechar, porque deixam de vender, de cobrar, de ter clientes e de poder pagar... e, como tal, verifica-se um aumento significativo de insolvências e de pré-insolvências - e é também sobre isso que vimos cá falar na sessão de continuidade da AESE. Talvez a principal consequência que se sente e que é a mais dolorosa no tecido empresarial português, é que há empresas a desaparecer e outras a ficarem provavelmente mais fortes.”



Cristina Sousa Dias, Senior Manager dos Corporate Finance Services da BDO



De que forma pode a reestruturação do tecido empresarial ser feita com vista a beneficiar a competitividade das empresas?

CSD: “Por um lado, em termos económicos, vê-se que as empresas funcionavam muito numa ótica de que havia disponibilidade de recursos e não estavam nos níveis de maior competitividade. Agora estão mais alerta para ter os custos o mais restringidos possível, o que acarreta um efeito benéfico nos resultados das empresas. Por outro lado, com a diminuição do consumo interno vão procurar outras alternativas, nomeadamente exportações, e estão a conseguir outras oportunidades no mercado interno.

Do ponto de vista financeiro, havia bastantes empresas que estavam alavancadas, nomeadamente aquelas que foram para o setor imobiliário: houve muitas que deslocaram o dinheiro que ganharam na sua atividade core e até mudaram para o setor da construção e que até descapitalizaram as empresas. Portanto, essa necessária desalavancagem finan-


ceira vai de certo fazer com que no futuro haja um maior equilíbrio na forma de financiamento.”

PFA: “Verifica-se uma alteração de paradigma da economia em Portugal. Ou seja, estávamos vocacionados para a construção e para o automóvel – para sermos realistas – e, neste momento, o que está a acontecer é que o setor imobiliário estagnou e o setor automóvel, que também tinha um peso significativo na nossa economia, também parou, o que leva as empresas a terem de se dedicar a outros setores, como, por exemplo, a “reindustrialização”. Para mim as crises são sempre complicadas, mas a grande vantagem desta crise é tomarmos a consciência de que vamos começar outra vez o processo de industrialização. Portugal deixou de o ser no passado, atravessámos um período em que Portugal era um país de construção civil e de turismo... ao verificar que essa lógica, a industrialização do país é uma vantagem que decorre da situação de crise que estamos a atravessar.”



Paulo Ferreira Alves (PFA), Senior Partner da BDO

Os especialistas deixaram ainda mensagens de ânimo aos Dirigentes de topo que enfrentam o »»



desafio de fazer face ao orçamento com normas fiscais tão severas.

PFA: “Por um lado, os dirigentes têm de olhar como pessoas que pagam o seu IRS, mas também como pessoas que estão à frente de empresas e que têm de se confrontar com o IRC. De facto, no OE 2013, houve um aumento enorme de impostos. Foi um dos maiores aumentos da carga fiscal que houve até agora. Portugal tem o maior nível de esforço fiscal da Europa, próximo dos 50%. Todos nós vamos pagar mais IRS, em média mais de 1/3 do que pagámos no ano anterior; isto é, vamos ter menos rendimento disponível. A nível das empresas, a alteração fiscal que aconteceu no orçamento de 2013, é que apesar de algumas correções, não houve um aumento da carga fiscal. No entanto, as empresas vão sofrer indiretamente com o IRS. As pessoas pagando mais impostos, têm menos rendimento disponível, vão consumir menos... As empresas vendem menos, produzem menos e terão rendimentos mais baixos. É esse o desafio que nós temos.

Vemos na televisão muitos comentadores falar sobre o OE, mas ainda não se viu ninguém a fazer propostas alternativas. É muito fácil falar que pagamos muito IRS, que o IMI o IMT estão muito altos, o IVA está altíssimo, mas a pergunta é: e alternativas? A situação de quem está neste momento a fazer as leis fiscais é muito complicada. Estão a ser tomadas medidas concretas de combate à fraude e evasão fiscal. 2013 vai ficar conhecido como o ano de aumento do imposto para as pessoas singulares, mas também vai ficar conhecido como o ano da fatura. Acho que vai ser o ano do aumento burocrático para as empresas, mas também um ano de mudança. Já não podemos evocar a desculpa da economia paralela. Vai ser possível a curto prazo aumentar a receita fiscal por essa via. ■

[Março de 2013](#)

[Boletim da Capelania](#)

O Novo Papa

S. Josemaria fazia às vezes uma pergunta embaraçosa e, no entanto, de resposta óbvia: - «Se pudéssemos escolher os nossos pais, quem escolheríamos?» Evidentemente, os mesmos que temos ou tivemos, embora, se tal fosse possível, ainda com mais dotes e virtudes do que possuíam. Mas, de qualquer modo, os mesmos, por uma razão muito simples: se tivessem sido outros, também nós éramos outros... Não seríamos nós mesmos.

Num Conclave, curiosamente, podemos (pode o colégio cardinalício) escolher o Pai comum. Porque o Romano Pontífice é, de facto, um Papa, o Pai de toda a cristandade, em nome de Jesus Cristo, desde a eleição: o Vice-Cristo, ou «o doce Cristo na Terra», como dizia Santa Catarina de Sena. É o sucessor de Pedro, que o Senhor escolheu para alicerce perene da Igreja: «Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei

a minha Igreja». (Mt 16, 18) Escolheu-o pelas suas virtudes? Os Evangelhos não o dizem, e sabemos de sobra que, como qualquer homem, tinha defeitos, e defeitos notórios.

Os senhores Cardeais, porém, sentem-se na obrigação de procurar aquele que, pelos seus dons e virtudes, melhor dirija a Igreja, e assim farão. O mais santo? O mais sábio? O mais amável?... Não. O que melhor governe, decerto. O dom de governo não é o mais elevado dos dons. Na lista que faz S. Paulo aos Coríntios, o carisma de governo não é o primeiro: «Em primeiro lugar (estão) os Apóstolos; em segundo lugar, os profetas; em terceiro lugar, os doutores; depois, os que têm o poder de fazer milagres; depois os que têm o dom de curar, da assistência, de governar, de falar diversas línguas...» (1 Cor 12, 27-28). Não, não é o maior dom; apenas o mais importante...

para governar.

De resto, Deus permita que seja muito santo, de verbo profundo e eloquente, inclusive um grande taumaturgo, e amabilíssimo, na sequência dos anteriores. Mas não nos adiantemos aos senhores Cardeais, que elegerão aquele que o Espírito Santo designe através deles. Porque será esse, e não outro, o nosso Pai comum. E, enquanto preside à Igreja, o único Pai, sem comparação.

Simplesmente, o governo da Igreja é um governo espiritual; exige condições diferentes dos políticos ou empresariais – sobretudo aquela que Nosso Senhor exigiu a Pedro: - «Simão, amas-Me?» Sem verdadeiro amor a Cristo e às almas, Simão não receberia o mandato de Jesus: - «Apascenta as minhas ovelhas» (Jo 21, 15-17).

[Pe. Hugo de Azevedo](#) ■

AGENDA



Programas



Programa
PADIS
Lisboa, 9 de abril

[Saiba mais >](#)



Ciclo “Direção de Empresas”
1ª sessão: “Em busca do negócio perdido”
Lisboa, 18 de abril

[Saiba mais >](#)

Eventos



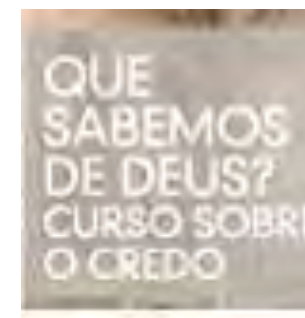
8 CAESE março 2013



Estudo **GRACE**
Uma nova reflexão sobre responsabilidade social corporativa
Lisboa, 21 de março

[Saiba mais >](#)

Sessões de Continuidade



Curso
Que sabemos de Deus?
Lisboa, 25 de março

[Saiba mais >](#)



Sessão de Continuidade
O futuro da educação
Lisboa, 9 de maio

[Saiba mais >](#)



3ª edição
Concurso de Casos AESE 2013
Lisboa, 26 de março

[Saiba mais >](#)

AESE nos Media



De 15 a 4 de março de 2013

Regras para travar o incumprimento são demasiado complexas

28-3-2013, in Jornal de Negócios

A resposta é não

Prof. José Miguel Pinto dos Santos
15-02-2013 in Vida Económica



PASSAPORTE



Carlos Jesus (38º [PDE](#)), Country Manager da Colt, recebeu em nome da empresa um prémio de gestão pelo trabalho realizado a nível internacional pelo Grupo, na área de gestão e melhoria contínua de serviço a clientes..



José Pedro Nobre de Amaral (6º [Executive MBA AESE/IESE](#)) é atualmente South Europe Capital Equipment Supp. Manager and Tetra Pak Iberia Capital Equipment Mngr at Tetra Pak.



Luís Marques Ferreira (9º [Executive MBA AESE/IESE](#)), ingressou na Antalsis, acumulando as funções de diretor de produção para o continente americano e de Country Manager do Panamá e República Dominicana.



PANORAMA

Os livros escolares eletrônicos abrem caminho

Não existem, de momento, dados mundiais sobre as vendas dos livros escolares digitais, mas os recolhidos por alguns estudos indicam um rápido crescimento nos EUA. A Student Monitor, empresa que se dedica ao estudo do mercado educativo, salienta que, em finais de 2011, 5% dos livros escolares adquiridos nos EUA foram eletrônicos, mais do dobro do que no ano anterior (2,1%).

Por seu turno, a Simba Information, consultora especializada na indústria editorial, estimou que os livros escolares eletrônicos movimentaram 267,3 milhões de dóla-

res nos EUA em 2011, o que corresponde a um crescimento de 44,3% relativamente ao ano anterior, mas uma parte pequena das vendas totais de livros escolares (4.580 milhões de dólares em 2010, segundo a Associação Americana de Editores). A Simba prevê um crescimento muito pronunciado, até aos 11% do mercado editorial educativo norte-americano em 2013.

As vendas em massa de dispositivos de leitura eletrónica – 40 milhões somente do iPad da Apple, mais os outros modelos de *tablets* e as diferentes gerações do Kindle – transformaram os

hábitos da população, sobretudo da mais jovem, e a eles vai ter de se adaptar a indústria editorial. Nos Estados Unidos, oferecem-se já versões digitais de quase todos os livros escolares que se publicam. Aqueles que têm matérias introdutórias e transversais são os que têm maior procura. Existe, além disso, a possibilidade de alugar os livros escolares eletrônicos.

O aluguer ou a licença de leitura concede ao utente o direito a utilizar o título durante algum tempo, de 6 a 18 meses em geral. As empresas do setor desenvolveram um potente *software* anti-pirataria para evitar a fraude.



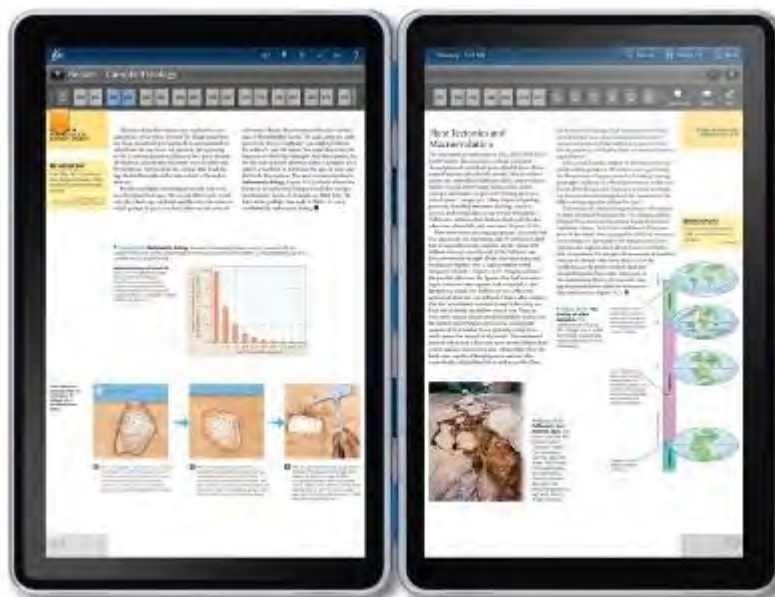
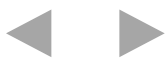
A licença digital embaratece o preço dos livros e, aproveitar esta margem de desconto, é a estratégia seguida pela Amazon com os manuais universitários. A livraria virtual chegou, no verão de 2011, a um acordo com algumas das editoras mais importantes do setor educativo para oferecer licenças de 30 a 360 dias. Assim, o estudante pode poupar até 80% do preço de um exemplar impresso novo. E não perde as anotações que tenha feito com o seu Kindle quando caducar a licença.

Alguns especialistas destacam o grande potencial dos livros escolares digitais. Programadores e professores trabalham para oferecer aplicações com que enriquecê-los: imagens e vídeos, atividades interativas, etc.

Mas o formato eletrônico tem algumas desvantagens. A experiência dos últimos anos indica que nem todos os títulos se encaixam num formato digital normalizado, e que o suporte eletrônico não se adapta às necessidades e aptidões de todos os estudantes. Sabe-se, por exemplo, que alguns alunos deixaram de utilizar os dispositivos informáticos nas suas tarefas, porque nem o formato nem os aparelhos lhes são confortáveis para tomar notas ou para estudar.

Não é fácil, portanto, transformar os livros escolares, sobretudo os de texto, em *ebooks*. Os materiais educativos têm um “mapa cognitivo” que está muito estudado: os conteúdos são apresentados numa determinada ordem e são dis-

postos em cada folha de uma maneira concreta para facilitar a aprendizagem. Estas peculiaridades ultrapassam as possibilidades dos *tablets* normais e exigem, segundo alguns especialistas, dispositivos especialmente desenhados para o ensino. Na ilustração que acompanha este artigo, observamos um aparelho fabricado pela empresa norte-americana Kno: os seus dois ecrãs de 14 polegadas permitem apresentar os conteúdos como num livro escolar impresso e ver páginas inteiras em tamanho legível. Mas o elevado custo do dispositivo fez com que a Kno tenha abandonado a produção, sem ter chegado a lançá-lo no mercado.



a crianças menores de 8 anos – é muito mais rentente: neste âmbito, as vendas digitais mal ultrapassam os 5% (contra os 25% da literatura para outros públicos).

Este género carece de energia por várias razões. Os pais querem que os filhos contactem fisicamente os livros. Nos livros infantis, a conversão para formato digital é mais difícil e cara, visto não estarem normalizados e terem abundantes ilustrações. E se estas são tão importantes nas obras para crianças, sem papel perde-se a facilidade para as examinar antes de comprar um título. Por isso, talvez a expressão “nativos digitais” não se possa aplicar às novas gerações enquanto leitores.

Apesar da crescente popularidade dos leitores de livros eletrónicos, não se pode dizer que a leitura digital se esteja a impor em todos os âmbitos. Há géneros que são menos permeáveis às novas

tecnologias. Se nos livros escolares, fazem talvez falta adaptações ou inovações para satisfazerem as necessidades escolares, o mercado da literatura infantil ilustrada – nomeadamente, a dirigida



PANORAMA

A legalização do aborto na Argentina fica interrompida

A liberalização do aborto na Argentina ficou novamente pelo caminho. Os promotores sofreram um novo revés.

Após as eleições presidenciais de 2011, em que Cristina Kirchner conseguiu a reeleição com contundentes 54% dos votos, os grupos e legisladores pró-aborto renovaram a batalha no Congresso para conseguir a despenalização. Sobre a mesa houve vários projetos sobre a interrupção da gravidez que concordavam em permiti-la até à 12ª semana de gestação, prazo no qual os serviços médicos – públicos ou priva-

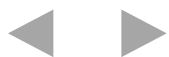
dos – se deveriam ajustar à vontade da mulher, sem a intervenção da Justiça nem das comissões de bioética. Para os casos de violação, a mãe poderia abortar para lá dos três meses.

Mas a renovada tentativa, apoiada por 50 legisladores e 300 organizações não governamentais, fracassou mesmo antes de aceder ao plenário da Câmara de Deputados – onde, de momento, a oposição é maioria. O tema esbarrou na comissão de Legislação Penal por não contar com o apoio de pelo menos oito membros dessa delegação, nem das comissões de

Ação Social e Saúde, e de Família, Mulher e Minorias as quais têm um papel secundário sobre o aborto.

O objetivo era emitir um parecer antes de finalizar o período ordinário de sessões, anterior às férias. A paralização foi o fiel reflexo das divisões que gera o aborto entre os principais blocos do Congresso argentino.

Mas, aquilo que travou a vontade dos favoráveis ao aborto foi a posição da Presidente Cristina Kirchner. A chefe da Casa Rosada, que permitiu a legalização dos



casamentos das pessoas do mesmo sexo em julho de 2011, disse, ao iniciar o seu primeiro mandato em 2007, que não apoiava o aborto. Foi mais clara a 1 de março de 2011 no discurso de abertura do ano legislativo: “Observando as estatísticas, decidimos continuar a apostar na vida”.

Embora não tenha havido quaisquer diretrizes específicas para os deputados favoráveis ao governo, estes conheciam o pensamento da viúva do ex-Presidente Néstor Kirchner. “A verdadeira razão (pela qual foi bloqueada a discussão) tem a ver com a posição expressa pela Presidente do país, que se opõe à despenalização do aborto”, disse a deputada Claudia

Rucci, da comissão de Família, Mulher e Minorias.

Na atual legislatura, que se iniciou no dia 1 de fevereiro de 2012, o kirchnerismo domina as duas câmaras legislativas. Segundo os analistas existe, entre os setores ligados ao governo, pouca vontade de ressuscitar a discussão da liberalização do aborto, iniciativa que esteve sempre presente desde o retorno da democracia em 1983.

O Código Penal argentino, estabelecido em 1921, penaliza o aborto com um a quatro anos de prisão para a mulher, para quem o realize e para quem coopere. Mas há exceções: quando a vida da mãe corre perigo, ou em caso de

violação de uma mulher deficiente mental. Esta última exceção acabou por ser alterada no ano de 2012, pois o aborto foi legalizado para quem seja vítima de violação, incluindo, portanto, as mulheres que não são deficientes mentais. De momento, tudo parece indicar que esta lei vai permanecer em vigor enquanto a Presidente Cristina estiver à frente do país. É muito difícil que venha a ser contrariada, no Congresso, pelos seus apoiantes.

P. D. ◻

**PANORAMA**

A objeção de consciência, ameaçada na Holanda

Em 2001, foi admitido na Holanda o casamento civil para pessoas do mesmo sexo. Nessa altura, foi acordado tolerar a objeção de consciência dos funcionários públicos cujas convicções fossem contrárias ao casamento gay, sempre e quando estes casais pudessem encontrar no município quem os casasse. Mas este respeito pela objeção de consciência corre o risco de desaparecer.

O Partido Verde e a maioria da oposição tinham instado os liberais do VVD e os populistas do PVV – estes últimos que apoiavam a anterior coligação governamental (VVD-CDA, que veio a cessar funções em novembro de

2012) – a, até abril desse ano, 2012, votarem contra a possibilidade de objetar por parte de funcionários públicos que não queiram casar uniões do mesmo sexo devido a princípios religiosos. O funcionário público que não queira realizar tal cerimónia, que procure outro trabalho. O partido CDA, democrata-cristão, adiou a votação, dirigindo uma consulta sobre a questão aos Estados Gerais (Parlamento).

O presidente da câmara municipal da cidade de Gorinchem, em cujo município trabalha o funcionário causador do choque parlamentar, manifestou-se a favor da possibilidade de ser negado tal serviço,

qualificando esta atitude justamente de exemplo de tolerância. Piet Ijssels afirma numa entrevista que foi concedida ao diário “NRC Handelsblad”: “Também posso efetuar o matrimónio de casais. Sou socialista de tendência anarquista e não crente. Imaginemos o que se passaria se viessem dois noivos ao município, desses típicos protestantes muito rígidos para os quais a mulher é inferior ao homem, e os não quero casar. Poderia manifestar objeção de consciência?”

O presidente da cidade holandesa interroga-se se a Segunda Câmara não estará a ultrapassar as suas atribuições. “A Câmara é

»»



responsável por exercer vigilância sobre os municípios e não sobre cada funcionário individual”. Além disso, espera que um governo holandês em exercício seja tolerante e facilite a convivência entre todas as minorias existentes no país, e que seja o primeiro a não discriminar e a dar um exemplo de tolerância.

Outra reação extrema sobre a liberdade de objeção de consciência ou simplesmente perante a decisão do médico de não aplicar a eutanásia, é a da associação favorável à eutanásia livre, NVVE. Segundo números oficiais, dos 10.000 pedidos anuais de fazer adiantar a morte natural, em 3.500 dos casos, o médico recusa o desejo do doente.

Para a presidente da citada organização, Petra de Jong, os médicos que se negam fazem-no por motivos de consciência, porque são rígidos, ou porque são ignorantes que não conhecem a lei e muito menos ajudam o paciente a dirigir-se a outro colega. A solução que De Jong propôs ao parlamento foi que se criasse uma clínica para a eutanásia. A Ordem dos Médicos considerou as opiniões de De Jong irrefletidas e, a ideia da clínica, impulsiva.

Perante tal reação, agora a NVVE fala em se criar uma equipa de ambulatório que vá oferecendo os serviços de eutanásia ao domicílio. A Ordem dos Médicos continua a opor-se a estas soluções, porque tais médicos nem sequer

poderiam estar em condições de conhecer a fundo o paciente sem um contacto prévio: “Um contacto de longa duração entre médico e paciente é uma condição necessária para tomar uma decisão sobre o desejo de eutanásia e quando um médico se negar a aplicá-la, essa opinião tem peso”, afirma a Ordem.

Cees Hertogh, professor de geriatria da Universidade Livre de Amesterdão, recordou neste debate que a lei da eutanásia constitui uma proteção para o médico e não um direito do paciente.

C.M. 



PANORAMA

“Meia-Noite em Paris”

Midnight in Paris

Realizador: Woody Allen
Atores: Owen Wilson, Rachel McAdams
Duração: 94 min.
Ano: 2011

Woody Allen é um realizador considerado muitas vezes como um autor de obras cónicas e negativas sobre a condição humana. Neste caso, não segue esse registo e dá uma lição clara: vale a pena viver o momento presente e não viver em sonhos e fantasias, sem divagações sobre o que seria ter outra profissão, outra família, ou viver noutro tempo...

Sonhar é fundamental como motor inspirador e motivador, ao impulsionar forças potenciadoras de concretizarem de modo realista as várias atividades da vida. Sonhar não é fugir da realidade, mas ocupar-se com empenho e visão no que está ao alcance de cada um fazer melhor no dia a dia.

A personagem principal é encarada pelo próprio Woody Allen que aparece como um escritor apaixonado pela cultura europeia. Ao viver uma experiência insólita, acaba por conseguir finalizar o seu livro decidindo ser disciplinado. De facto, em sucessivas meias-noites, coloca-se num local

concreto cumprindo um horário e aceita os conselhos de uma agente literária pondo-os em prática com prontidão. Marca encontros e não falta. Luta mesmo por alcançar o seu objetivo e esse esforço leva-o a descobrir outras questões essenciais para as quais não prestara atenção...

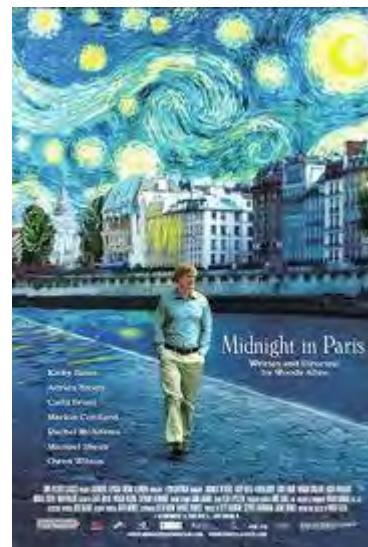
Woody Allen é um cineasta eficaz! Sabe selecionar e rodear-se de atores competentes a vários níveis. Assim se explica a presença de Carla Bruni, que está longe de ser por mero acaso...



Tópicos de análise:

1. Ter um objetivo claro facilita a concretização dos planos traçados.
2. A disciplina ajuda a não se distrair com o acessório por mais atraente que seja.
3. Para conquistar a disciplina, cumprir um horário é o primordial.

Paulo Miguel Martins
Professor da AESE





DOCUMENTAÇÃO

O legado doutrinal de Bento XVI

Ao longo do seu pontificado, Bento XVI deixou uma série de linhas mestras, ensinamentos e até expressões que penetraram a vida da Igreja. São ideias matriz que inspiraram igualmente decisões concretas e que o Papa tentou inculcar nos católicos e também nas suas relações com o mundo exterior. Destacamos algumas destas contribuições.

“Fé e razão reencontram-se de um modo novo”

A ideia de que fé e razão precisam uma da outra foi uma das mais recorrentes no magistério de Bento XVI, de modo especial no seu discurso na Universidade de

Ratisbona (12.9.2006). Aí advogou que se “amplie o nosso conceito de razão e o seu uso”, para evitar a cegueira da razão perante os critérios que lhe dão sentido. “Só o conseguiremos se a razão e a fé se reencontrarem de um modo novo, se superarmos a limitação que a razão se impõe a si própria de se reduzir ao que se pode verificar com a experimentação, e lhe voltarmos a abrir os seus horizontes em toda a sua amplitude”. Ao mesmo tempo, a fé necessita do diálogo com a razão moderna.

Também no encontro com o mundo da cultura, em Paris, no Colégio dos Bernardinos, em 2008, voltaria a este tema: “Uma cultura

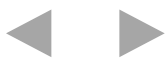
meramente positivista, que circunscrevesse ao campo subjetivo, como não científica, a pergunta sobre Deus, seria a capitulação da razão, a renúncia às suas possibilidades mais elevadas e, por conseguinte, uma ruína do humanismo, cujas consequências não poderiam ser mais graves”.

“A ditadura do relativismo”

Na homilia pronunciada na Missa do início do conclave, como Cardeal Decano, surgiu já a expressão “ditadura do relativismo” a qual, depois, se tornaria célebre.

“Quantas doutrinas conhecemos nestas últimas décadas, quantas

»»



correntes ideológicas, quantos modos de pensar... (...) Ter uma fé clara, de acordo com o Credo da Igreja, é constantemente etiquetado como fundamentalismo. Entretanto, o relativismo, isto é, deixar-se levar 'daqui para ali atrás de qualquer vento doutrinário' [Ef. 4, 14], aparece como a única aproximação à altura dos tempos atuais. Vai-se constituindo uma ditadura do relativismo que não reconhece nada como definitivo e que deixa, como última medida, apenas o eu e os seus desejos".

"Nós, pelo contrário, temos outro recurso: o Filho de Deus, o verdadeiro homem. Ele é a medida do verdadeiro humanismo. 'Adulta' não é a fé que segue as ondas da moda e a última novidade; adulta

e madura é a fé profundamente baseada na amizade com Cristo. Esta amizade abre-nos a tudo aquilo que é bom e confere-nos o critério para discernir entre o verdadeiro e o falso, entre engano e verdade".

Durante o seu pontificado, repetiu muitas vezes que o homem é capaz da verdade e deve procurá-la. A verdade necessita de critérios para ser verificada e deve fazer-se acompanhar pela tolerância. Mas o perigo hoje é que "em nome da tolerância, se elimine a tolerância". Por exemplo, declarava no livro "Luz do mundo", "quando em nome da não discriminação se quer obrigar a Igreja católica a modificar a sua posição perante a homossexualidade ou a ordena-

ção de mulheres, significa que ela não deve viver mais a sua própria identidade e que, em vez disso, se faz de uma abstrata religião negativa, um parâmetro tirânico a que toda a gente tem de aderir".

Vaticano II: "A hermenêutica da reforma"

O modo de entender o Concílio Vaticano II foi um dos temas cruciais das tensões na Igreja, e alguns viram uma disparidade entre um Ratzinger "liberal" durante o Vaticano II e um Bento XVI conservador. O Papa quis clarificar a "justa interpretação do Concílio", a sua hermenêutica, no discurso (22.12.2005) que dirigiu à Cúria no seu primeiro ano de pontificado.



Contrapôs aí a “hermenêutica da descontinuidade e da rutura” e a “hermenêutica da reforma”. A primeira, “que muitas vezes se valeu da simpatia dos meios de comunicação e, também, de uma parte da teologia moderna”, “corre o risco de acabar numa rutura entre a Igreja pré-conciliar e a Igreja pós-conciliar”. Segundo ela, “não se deveriam seguir os textos do Concílio, mas o seu espírito”, pois “os textos refletiriam só de modo imperfeito o verdadeiro espírito do Concílio e a sua novidade, pelo que seria necessário ir, audaciosamente, mais além dos textos”. Para o Papa, isto “deixa espaço para toda a arbitrariedade”.

Pelo contrário, a hermenêutica da reforma baseia-se no que propunha João XXIII no começo do

Concílio: “É necessário que esta doutrina certa e imutável, que deve ser respeitada fielmente, se aprofunde e apresente de maneira que corresponda às exigências do nosso tempo”. Para Bento XVI, o Concílio procurava esta “síntese de fidelidade e de dinamismo”, de modo especial em três âmbitos: definir de maneira nova a relação entre fé e ciência moderna; entre a Igreja e o Estado moderno; entre a fé cristã e as religiões do mundo.

“O Concílio Vaticano II, com a nova definição da relação entre a fé da Igreja e alguns elementos essenciais do pensamento moderno, reviu e corrigiu mesmo algumas decisões históricas mas, nesta descontinuidade aparente, manteve e tornou mais profunda a

sua natureza íntima e a sua verdadeira identidade. A Igreja, tanto antes como depois do Concílio, é a mesma Igreja una, santa, católica e apostólica, a caminhar através dos tempos”.

Nova evangelização: “Redescobrir a alegria de acreditar”

Perante as dificuldades que encontra a fé numa sociedade secularizada, Bento XVI lançou uma proposta audaciosa de nova evangelização, para o que criou um dicastério especial no Vaticano e convocou um Ano da Fé. “O termo ‘nova evangelização’ – disse no discurso (30.5.2011) dirigido a este organismo – recorda a exigência de uma modalidade renovada de anúncio, sobretudo para aqueles que vivem num contexto, como

»»



o atual, onde os desenvolvimentos da secularização deixaram graves sequelas, inclusivamente em países de tradição cristã”.

“A nova evangelização deverá encarregar-se de encontrar os caminhos para tornar mais eficaz o anúncio da salvação, sem o qual a existência pessoal permanece contraditória e privada do essencial. Também para quem continua vinculado às raízes cristãs, mas vive a difícil relação com a modernidade, é importante fazer com que compreenda que ser cristão não é uma espécie de veste que se leva em privado ou em ocasiões particulares, tratando-se, sim, de algo vivo e totalizante, capaz de assumir tudo o que de bom existe na modernidade”.

No documento em que convocava o Ano da Fé, Bento XVI fazia uma chamada a favor de “uma nova evangelização para redescobrir a alegria de acreditar e voltar a encontrar o entusiasmo de comunicar a fé”.

Necessidade de conversão na Igreja

O seu amor pela Igreja não o impediu de reconhecer os males que era necessário retificar, como o demonstrou a sua posição inflexível contra os abusos sexuais cometidos por sacerdotes. Teve de enfrentar a eclosão dos casos de pederastia, os quais, na sua maior parte, remontavam a décadas atrás. Bento XVI reconheceu a dor das vítimas, reuniu-se com elas várias vezes, pediu perdão e

avançou com normas estritas para sancionar e prevenir estes casos, sem os ocultar. A sua “Carta aos católicos da Irlanda”, em março de 2010, é uma boa síntese da sua atitude.

Perante os que pedem mais reformas estruturais na Igreja, Bento XVI destacou sempre que nenhuma reforma será eficaz na Igreja se não existir uma conversão interior, a que são chamados todos os fiéis. Por isso, indicava que a convocatória do Ano da Fé “é um convite a uma autêntica e renovada conversão ao Senhor”.

Na Missa da última Quarta-Feira de Cinzas, já anunciada a sua renúncia, voltou a insistir: “Também hoje, muitos estão prontos a ‘rasgar as vestes’ perante escândalos

»»



e injustiças – cometidas, naturalmente, por outros, – mas poucos parecem dispostos a atuar sobre o seu próprio ‘coração’, sobre a sua própria consciência e sobre as suas próprias intenções, deixando que o Senhor transforme, renove e converta”.

Dialogar com todos

Embora Bento XVI se tenha mostrado sempre firme na sua defesa da fé, procurou aparar arestas e estender pontes dentro e fora da Igreja. Movido por um desejo de unidade, tentou atrair aqueles que, por um motivo ou outro, se tinham afastado de Roma.

Respondendo a pedidos de setores anglicanos, não viu incon-

veniente em lhes oferecer, dentro da Igreja católica, um Ordinariato no qual podem conservar as suas tradições litúrgicas. Tentou atrair os lefebvrianos, permitindo-lhes a liturgia anterior ao Vaticano II e levantando a excomunhão aos bispos consagrados ilicitamente, mas não conseguiu obter uma resposta definitiva à sua oferta de unidade. Na mesma linha, tentou superar, na Igreja chinesa, as divisões entre “patrióticos” e clandestinos, levantando a excomunhão aos bispos que reconhecem o primado do Papa, mesmo que tenham sido nomeados pelo governo.

Para fora da Igreja católica, acompanhou o empenho ecuménico e melhorou as relações com

outras confissões. A título de exemplo, o arcebispo ortodoxo Hilário, responsável pelas relações exteriores do Patriarcado de Moscovo, disse sobre os seus encontros pessoais com o Papa: “Assombrou-me a sua atitude calma e reflexiva, a sua sensibilidade perante as questões que colocávamos, o seu desejo de resolver connosco os problemas que surgem nas nossas relações”.

Também soube dialogar com os não crentes, convidando-os a falar em encontros como o de Assis ou na iniciativa do “Átrio dos gentios”, algo que levou a escritora francesa Julia Kristeva a dizer: “Compreendemos que terminou o tempo da suspeita” entre crentes e não crentes. ■



DOCUMENTAÇÃO



A religião e a convivência

A religião contribui para o debate ético nas democracias

Na sua visita histórica ao Parlamento britânico em 2010, Bento XVI pronunciou um discurso (17.9.2010) que constitui um ponto de referência para analisar as relações entre religião e política. Ao interrogar-se onde se encontra a fundamentação ética das decisões políticas, o Papa contribuiu para clarificar qual é o lugar idóneo da fé no debate público próprio de uma sociedade democrática.

Perante aqueles que confiam no mero consenso social como cri-

tério suficiente para aprovar leis, o Papa salientou que existem regras éticas que são anteriores e superiores à vida política, e que a democracia se enfraquece quando as ignora. “O papel da religião no debate político não é tanto proporcionar essas normas”, que são acessíveis à razão, e “menos ainda propor soluções políticas concretas”, mas “ajudar a purificar e iluminar a aplicação da razão à descoberta de princípios morais objetivos”.

“Sem a ajuda corretora da religião” – advertiu Bento XVI –, “a razão pode ficar também presa de distorções, como quando é mani-

pulada pelas ideologias ou se aplica de forma parcial em detrimento da consideração plena da dignidade da pessoa humana”. Mas também é necessário o papel corretor da razão “em face de expressões deformadas da religião, tais como o sectarismo e o fundamentalismo”. “Essas distorções da religião surgem quando se presta uma atenção insuficiente ao papel purificador e vertebrador da razão em relação à religião”.

Assim, “trata-se de um processo em sentido duplo”. O Papa quis deixar claro que no processo político não deve haver uma luta



entre a mentalidade secular e a religiosa, em concorrência, para aplicar as suas próprias normas no âmbito civil. “O mundo da razão e o mundo da fé – o mundo da racionalidade secular e o mundo das crenças religiosas – necessitam um do outro e não deveriam ter medo de encetar um diálogo profundo e contínuo, pelo bem da nossa civilização”.

Direito: “Como reconhecer o que é justo?”

Se no Parlamento britânico, Bento XVI enfrentou o problema da fundamentação ética das decisões políticas, no discurso que fez (22.9.2011) no Bundestag alemão, interrogou-se sobre os fundamentos do Direito: “Como podemos reconhecer o que é justo? Como

podemos distinguir entre o bem e o mal, entre o direito verdadeiro e o direito apenas aparente?”.

“Para grande parte da matéria a regular juridicamente, o critério da maioria pode ser um critério suficiente. Mas, nas questões fundamentais do direito onde estejam em jogo a dignidade do homem e a da humanidade, o princípio da maioria não basta”. Recordou que os teólogos cristãos nunca impuseram “ao Estado e à sociedade um ordenamento jurídico derivado de uma revelação”, colocando-se sim “do lado da filosofia, reconhecendo a razão e a natureza, na sua mútua relação, como fonte jurídica válida para todos”.

A ideia do direito natural foi rejeitada pelo empenho de encerrar “a

razão numa visão positivista, que muitos consideram como a única visão científica”. Bento XVI reconheceu que “a visão positivista do mundo é, no seu conjunto, uma parte grandiosa do conhecimento humano”, mas acrescentou não ser suficiente.

Para reconhecer o que é justo, o Papa propôs voltar a “escutar a linguagem da natureza e responder a ela coerentemente”. “O homem não é somente uma liberdade que ele se cria por si próprio. O homem não se cria a si mesmo. É espírito e vontade, mas também natureza, e a sua vontade é justa quando ele respeita a natureza, a escuta, e quando se aceita como o que é, e admite que não se criou a si mesmo”.



“A religião é uma força de paz”

Perante aqueles que pensam que as crenças religiosas acarretam dentro de si um gérmen de fanatismo e de violência, Bento XVI sublinhou o valor da religião como uma força positiva e promotora da construção da sociedade civil e política.

O Papa condenou sempre o tentar justificar a violência por motivos religiosos. No “Dia Mundial da Paz de 2011” (1.1.2011) recordou com firmeza que “o fanatismo, o fundamentalismo, as práticas contrárias à dignidade humana, nunca se podem justificar e, muito menos, se se realizam em nome da religião. A profissão de uma reli-

gião não pode ser instrumentalizada nem imposta pela força”.

Meses depois, no seu encontro em Assis (27.10.2011) com os representantes das religiões do mundo, voltou a insistir na necessidade de “purificar constantemente a religião” para evitar um uso abusivo e distorcido da fé, em claro contraste com a sua verdadeira natureza.

Nesse encontro, o Papa também se referiu à violência motivada pela negação de Deus, que está sintonizada com a perda de humanidade. “O ‘não’ a Deus provocou uma crueldade e uma violência sem medida, que foi possível somente porque o homem já não

reconhecia nenhuma norma nem juiz acima de si próprio, tomando como regra apenas a sua pessoa. Os horrores dos campos de concentração mostram com toda a clareza as consequências da ausência de Deus”.

Em face dos extremos da religião distorcida e da anti-religião, Bento XVI clama que “a orientação do homem para Deus, vivida retamente, é uma força de paz”. Os crentes contribuem para reforçar a coesão social quando têm presente que “o Deus em que nós cristãos acreditamos, é o Criador e Pai de todos os homens, pelo qual todos são entre si irmãos e irmãs, formando uma única família”. □



DOCUMENTAÇÃO

Mais uma lição

Na cátedra de Pedro, sentou-se um Padre da Igreja. De algum modo a sua vida, nas diferentes etapas que a marcam, permitiu-lhe uma grande fidelidade à sua vocação humana: ensinar. Foi sempre, ao lado do seu sacerdócio, um universitário que exerceu incansavelmente, até ao nível magistral supremo, o *munus docendi*. Ficará na história como Papa teólogo.

Como todo o professor cuja paixão é a busca da verdade, manifestou uma grande liberdade de espírito. Sempre disse o que tinha de dizer, quando tinha de dizer e do modo que lhe pareceu mais

adequado, independentemente do politicamente correto intra-ecclesial ou extra-ecclesial. Pela sua delicadeza natural fê-lo, isso sim, *suaviter in modo, fortiter in re*.

O seu lema episcopal sintetiza admiravelmente a sua trajetória vital e intelectual: um cooperador da verdade. Esta paixão, repito, que é apanágio do universitário, marca a sua vida. Como a Verdade é Cristo, acabou por traduzir-se numa grande trajetória de fidelidade e liberdade, porque a verdade liberta.

A sua renúncia é ainda um ato manifestativo da sua liberdade in-

terior e do seu livre diálogo com a sua consciência. (Não em vão é um grande admirador do beato cardeal Newman.) É também um precedente libertador para os sucessores, quando a esperança de vida é hoje muito superior ao passado.

Se ser papa fosse, apenas, um trabalho de gabinete, discreto e reflexivo, talvez Bento XVI continuasse com o seu pesado serviço, mas João Paulo II globalizou fisicamente o papado requerendo dos seus sucessores exigências acrescentadas de vigor físico.



Paulo VI que criou a norma da resignação episcopal, peregrinou ao túmulo do papa S. Pedro Celestino que renunciara. Comentou-se que o próprio Paulo VI o faria, mas acabou por não o fazer. João Paulo II também considerou essa hipótese, por razões manifestas, mas acabou por não a concretizar. São diálogos de oração que tiveram resultados, penso, contrários aos desejos dos dois papas.

Como o apóstolo evangelista João, Bento XVI falou-nos muito de amor, recuperou até o *eros*,

inscrevendo-o no percurso amoroso que tem a Deus por termo. Falou-nos, luminosamente, da razão no coração da fé. Deu orientações claras sobre todos os problemas morais do nosso tempo com valentes determinações. Nunca se deixou levar pelo populismo, sem medo às reações, sem fugir aos problemas e dificuldades, obediente sempre e unicamente à voz da sua consciência, esse «santuário do homem, no qual se encontra a sós com Deus». (G.S. 16)

Do seu vasto magistério, aos empresários dirá mais a sua introdução da caridade e gratuidade na empresa e a exigência de uma clareza total, e observância das melhores práticas internacionais, nas finanças do Vaticano. Ainda o amor, ainda a transparência, ainda a verdade.

Raul Diniz
Professor da AESE
(in “Ver”) ■

Partilhe com a AESE as suas
questões, Notícias e Passaporte
(elianalucas@aese.pt)

AESE Lisboa

Júlia Côte-Real
Telemóvel (+351) 939 871 256
Telefone (+351) 217 221 530
Fax (+351) 217 221 550
j.cortereal@aese.pt
Edifício Sede, Calçada
de Palma de Baixo, n.º 12
1600-177 Lisboa

AESE Porto

Carlos Fonseca
Telefone (+351) 226 108 025
Fax (+351) 226 108 026
carlos.fonseca@aese.pt
Rua do Pinheiro Manso,
662-esc. 1.12
4100-411 Porto

Seminários

Filomena Gonçalves
Telemóvel (+351) 939 939 639
Telefone (+351) 217 221 530
seminarios@aese.pt

Formulário de cancelamento:

Alumni

Abdel Gama
Telefone (+351) 217 221 530
abdelgama@aese.pt

www.aese.com.pt/cancelamento

Formulário de novas adesões:

www.aese.com.pt/adesao

www.aese.pt